

# **Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Período Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da  
Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior*

Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

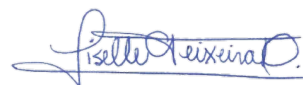
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Giselle C. Teixeira Defavari  
Contadora  
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXXI S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
			não auditado				não auditado		
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.086	-	28.683	Fornecedores	10	-	-	636
Impostos a recuperar	6	-	-	97	Obrigações tributárias	11	16	-	74
Total dos ativos circulantes		<u>5.086</u>	-	<u>28.780</u>	Provisões diversas		-	-	100
					Passivos de arrendamentos	9	-	-	6
NÃO CIRCULANTES					Total dos passivos circulantes		<u>16</u>	-	<u>816</u>
Outros ativos		9	-	9					
Investimentos	7	35.452	-	-	NÃO CIRCULANTES				
Imobilizado	8	-	-	12.566	Passivos de arrendamentos	9	-	-	1.874
Ativos de direito de uso	9	-	-	1.866	Total dos passivos não circulantes		-	-	1.874
Total dos ativos não circulantes		<u>35.461</u>	-	<u>14.441</u>					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital Social	12 a	43.000	-	43.000
					Prejuízos acumulados	12 b	(2.469)	-	(2.469)
					Total do patrimônio líquido		<u>40.531</u>	-	<u>40.531</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>40.547</u>	-	<u>43.221</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>40.547</u>	-	<u>43.221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXXI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023 não auditado	31/12/2024
DESPESA COM PESSOAL	13	-	-	(445)
Despesas administrativas	14	(3)	-	(2.880)
Depreciação e amortização		-	-	(16)
Equivalência patrimonial	7	(2.529)	-	-
		<u>(2.532)</u>	<u>-</u>	<u>(3.341)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	15	86	-	1.087
Despesas financeiras	15	(4)	-	(101)
		<u>(2.450)</u>	<u>-</u>	<u>(2.355)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda e contribuição social	16	(19)	-	(114)
		<u>(2.469)</u>	<u>-</u>	<u>(2.469)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,00561)	-	(0,00561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXXI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
		não auditado	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.469)	-	(2.469)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.469)</u>	<u>-</u>	<u>(2.469)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXXI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)  
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social subscrito	Capital Social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 18 DE SETEMBRO DE 2023 (DATA DA CONSTITUIÇÃO)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)	-	-	-	-
Aumento de Capital	440.000	(440.000)	-	-
Integralização de Capital		43.000		43.000
Prejuízo do exercício	-		(2.469)	(2.469)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>440.000</u>	<u>(397.000)</u>	<u>(2.469)</u>	<u>40.531</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXXI S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023 não auditado	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo do exercício / período		(2.469)	-	(2.469)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício / período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial		2.529	-	-
Provisões		-	-	100
Baixas de Imobilizado		-	-	653
Depreciação de ativos de direito de uso		-	-	16
Juros locações arrendadas		-	-	61
		<u>60</u>	<u>-</u>	<u>(1.639)</u>
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:				
Tributos correntes a recuperar		-	-	(97)
Outros ativos		(9)	-	(9)
Obrigações tributárias		16	-	158
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		67	-	(1.587)
Impostos pagos		-	-	(84)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		<u>67</u>	<u>-</u>	<u>(1.671)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de imobilizado		-	-	(12.583)
Investimento em controladas		(37.981)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(37.981)</u>	<u>-</u>	<u>(12.583)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Aporte de capital		43.000	-	43.000
Pagamento de arrendamento		-	-	(63)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>43.000</u>	<u>-</u>	<u>42.937</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>5.086</u>	<u>-</u>	<u>28.683</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.086	-	28.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 31 S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E  
PERÍODO DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. (“IBH 31”, “Companhia” ou “Élis Energia”) foi fundada em 18 de setembro de 2023, com nova sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 Conj 162, Vila Olímpia, São Paulo/SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), bem como a natureza das operações do Grupo, são a construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída. A companhia tem como controladora direta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 2024, a Companhia adquiriu o controle das Infraestrutura Brasil Holding 37 (“IBH37”) e da Infraestrutura Brasil Holding 32 (“IBH 32”).

Em julho de 2024 a Companhia adquiriu da Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A, empresa controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, as ações da empresa Rio de Janeiro GD S.A renomeada para Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.

#### Situação financeira

A Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, portanto, substancialmente pré-operacional, apresentando capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2024 de R\$5.070 na Controladora e positivo de R\$ 27.964 no Consolidado.

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais tanto da Companhia quanto de suas controladas.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

#### 2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), as quais compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

## 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

## 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada Companhia do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

## 2.5. Impostos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora e suas filiais, o imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Nas controladas e suas filiais, o imposto corrente se baseia no lucro presumido. Na apuração do lucro presumido, a base de cálculo do imposto é presumida de acordo com o percentual de 32%. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

### Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 2.6. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10% ao ano.
- Computadores e periféricos: 20% ao ano.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 20% ao ano.
- Usinas em operação: média de 4% ao ano.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

## 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista e formam parte integrante da gestão de caixa do Grupo. Esses saldos bancários a descoberto são apresentados como empréstimos de curto prazo no balanço patrimonial.

### A Companhia como arrendatária

#### *Direito de Uso de Ativos*

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo contratual dos arrendamentos.

### *Passivos de Arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

### *Premissas para o reconhecimento*

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 13,85% a.a. equivalente a 1,09% a.m. em 2024, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento.
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a vida útil do ativo imobilizado, redução ao valor recuperável destes ativos e provisão para riscos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

### 4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

#### 4.1. Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants"	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 4.2. Revisada e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025

#### 4.3. Emitidas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	
	31/12/2024	(não auditado)	31/12/2024
Depósito em conta	6	-	9
Aplicações financeiras (i)	5.080	-	28.674
Total	5.086	-	28.683

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remuneradas a 80% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 6. INVESTIMENTOS

a) As investidas da Companhia apresentaram as seguintes situações patrimoniais em 31 de dezembro de 2024:

Companhia	Controle	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido 2024		Patrimônio líquido	Participação no capital integralizado	
				AFAC	Capital integralizado			Prejuízos Acumulados
Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.	Direto	23.721	62	-	25.000	(1.341)	23.659	100%
Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.	Direto	25.506	2.613	-	12.990	(1.197)	11.793	100%
Total						(2.538)	35.452	

b) Movimentação dos investimentos

Companhia	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2024
Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.	25.000	(1.341)	23.659
Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.	12.981	(1.188)	11.793
Total	37.981	(2.529)	35.452

## 7. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (i)	-	-	8.089
Usinas em construção (ii)	-	-	4.477
Total	-	-	12.567

- (i) Adiantamento a fornecedores referente à compra de módulos fotovoltaicos e inversores. No momento das entregas dos materiais, os valores serão incorporados ao ativo imobilizado.
- (ii) O imobilizado operacional em construção inclui: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia e despesas de viagens. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização são rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

## 7.1. Movimentação do Imobilizado

Bens	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Adiantamento para compra de imobilizado	8.089	-	-	8.089
Usinas em construção	5.130	(653)	-	4.477
Total	13.219	(653)		12.566

## 8. ARRENDAMENTOS

## a) Ativos de direito de uso por empresa

Empresa	Consolidado		
	31/12/2024		
	Locações arrendadas	Depreciação Acumulada	Líquido
Infraestrutura Brasil 37 S.A.	1.882	(16)	1.866
Total	1.882	(16)	1.866

## b) Movimentação do direito de uso durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado
	31/12/2024
Saldo no início do exercício (não auditado)	-
Adições	1.882
Baixas	-
Depreciação	(16)
Saldo no fim do exercício	1.866

c) Passivos de arrendamento por empresa

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2024</u>
Infraestrutura Brasil 37 S.A.	1.880
Passivo circulante	<u>6</u>
Passivo não circulante	<u><u>1.874</u></u>

d) Movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício (não auditado)	-
Adições	1.882
Juros	61
Pagamento	<u>(63)</u>
Saldo no fim do exercício	<u><u>1.880</u></u>
Total Circulante	6
Total Não Circulante	1.874

9. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores Nacionais	-	-	636
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u><u>636</u></u>

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ e CSLL a pagar	14	-	31
PIS e COFINS a pagar	2	-	12
Impostos retidos de terceiros	-	-	31
Total	<u>16</u>	<u>-</u>	<u><u>74</u></u>

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital social registrado no valor de R\$ 440.000, composto por 440.000 ações ordinárias nominativas, 100% subscritadas pelo acionista Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo parcialmente integralizado em R\$ 43.000 no ano de 2024, sendo R\$28.000 integralizado em agosto e R\$15.000 em novembro de 2024

## b) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(2.469)	-
Quantidade de ações	440.000	-
Prejuízos básico e diluído por ação	<u>(0,00561)</u>	<u>-</u>

## 12. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e encargos	-	-	(445)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(445)</u>

## 13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
		(não auditado)	
Despesas de ocupação e escritório	-	-	(2)
Despesas com viagens e estadias	-	-	(6)
Serviços de terceiros	(2)	-	(2.226)
Outras despesas e receitas, líquidas	(1)	-	7
Perdas	-	-	(653)
Total	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(2.880)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	86	-	1.087
Receitas Financeiras Total	86	-	1.087
PIS/COFINS sob receita financeira	(4)	-	(36)
IOF	-	-	(3)
Multa, Juros, Tarifas bancárias	-	-	(1)
Juros locações arrendadas	-	-	(61)
Despesas Financeiras Total	(4)	-	(101)
Resultado Financeiro	82	-	986

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.450)	-	(2.355)
Alíquota	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	833	-	801
Equivalência Patrimonial	(860)	-	-
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(923)
Parcela não reconhecida de crédito tributário	(8)	-	(8)
Despesas de IRPJ e CSLL	(19)	-	(114)

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

### a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

#### (i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

#### (ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

#### (iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

			Controladora				
			31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		12,15%	9,1%	15,2%	6,1%	18,2%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	5.086	617,9	463,5	772,4	309,0	926,9
			Consolidado				
			31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		12,15%	9,1%	15,2%	6,1%	18,2%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	28.683	3.485	2.614	4.356	1.742	5.227

## 17. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Élis Energia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

No período não existem processos classificados como possíveis ou prováveis nas esferas cíveis, trabalhista e tributária que requeiram divulgação.

## 18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2025, a Companhia Infraestrutura Brasil Holding 32 S. A, sua controlada celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, no montante total de R\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais). Os recursos captados serão utilizados para aquisição pela Companhia de 100% da participação acionária de sociedades de propósito específico ("SPEs") a serem adquiridas por meio de contrato de compra e venda de participação. A remuneração das debêntures é por meio da variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 1,70% a.a., com prazo de 24 meses. A Companhia também deverá pagar ao banco coordenador, conforme aplicável:

Comissão de disponibilidade: 1,00% a.a.

Comissão de Escrituração: 0,70% flat incidente sobre o valor total da emissão.

## 19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (não auditado)	2024
Fornecedores para aquisição de imobilizado	-	-	636
Impactos de CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil	-	-	1.926
	-	-	2.562

## 20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os administradores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e (ii) todas as informações relevantes relacionadas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, em 20 de março de 2025 foi aprovada a emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.